

PARA UMA NOVA HISTÓRIA COMPARADA DA EDUCAÇÃO

Entrevista com o Professor António Nóvoa

José Eduardo Franco
Henrique Manuel Pereira
Norberto Dallabrida

Desde maio de 2006 o professor António Nóvoa ocupa o cargo de Reitor da Universidade de Lisboa, tendo sido reeleito em março de 2009, depois de ter promovido um complexo processo de reforma estatutária da sua instituição universitária. Essa função administrativa e pedagógica de destaque no meio universitário é o desdobramento e o reconhecimento de uma carreira acadêmica eficaz e exitosa em Portugal e no exterior.

António Nóvoa emergiu no cenário europeu e mundial na década de 1980, como parte integrante da valorização da disciplina História da Educação. Em 1986 ele defendeu tese de doutorado sobre a profissionalização docente em Portugal entre as reformas pombalinas e o século XX, na *Faculté de Psychologie et des Sciences de l'Éducation* da Université de Genève. No ano seguinte, esse trabalho acadêmico foi publicado, em dois volumes, sob o título *Le Temps des Professeurs: analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal*, pelo Instituto Nacional de Investigação Científica de Lisboa.

A partir da publicação da sua tese de doutorado, o professor Nóvoa vêm construindo uma carreira acadêmica de prestígio na Universidade de Lisboa, tendo expressiva inserção internacional na área de História Comparada da Educação. Ele é autor de artigos em periódicos especializados, a maioria deles em língua inglesa e francesa, e vários livros, entre os quais se pode destacar “A difusão mundial da escola”, organizado em parceria com Jürgen Schriewer e publicado pela EDUCA em 2000, e “E vid ente mente: Histórias da Educação”, lançado em 2005 com o selo de ASA Editores, na sequência da publicação de um Dicionário

de Educadores Portugueses sob a sua direcção em 2003. Como pesquisador, António Nóvoa ministrou cursos em várias universidades europeia e americanas, e entre 2000 e 2003 foi presidente do ISCHE – Associação International de História da Educação.

Nos últimos anos o professor Nóvoa tem tido inserção significativa no Brasil por meio de conferências, da elaboração de prefácios de livros e de parcerias com universidades. Como os seus trabalhos acadêmicos têm sido muito bem recebidos entre os professores brasileiros, ele foi escolhido para integrar a nova fase da **Revista Linhas**, marcada pela publicação de uma entrevista com um educador de renome nacional ou internacional.

A entrevista que segue é um recorte de um longo depoimento concedido pelo professor Nóvoa aos pesquisadores José Eduardo Franco e Henrique Manuel Pereira em agosto de 2006. Este fragmento foi realizado pelo professor Norberto Dallabrida e focaliza questões em torno das novas tendências da História da Educação e da configuração atual da cultura escolar.

José Eduardo Franco – O Sr. Professor é responsável pela internacionalização da História da Educação que não existia no tempo de Ferreira Gomes, abrindo-a a outras áreas científicas como a Sociologia, a Psicologia... Qual acha que foi o seu contributo para a modernização da História da Educação, desvinculando-a da tradição positivista? Qual a marca específica que conferiu à História da Educação, mesmo a nível internacional?

António Nóvoa – A minha tese é construída com base nas abordagens sócio-históricas e o que a caracteriza é precisamente essa abertura a um pensamento sociológico e histórico. Em Portugal estávamos muito fechados numa história que hoje valorizo mais do que fazia no passado, pois é uma história muito rigorosa do ponto de vista documental, e algumas abordagens de história mais recentes tenderam a ser menos rigorosas desse ponto de vista... O estudo do fato, do documento, do texto, etc.

José Eduardo Franco – A sua história não é baseada numa teoria construída no vazio, mas procura conciliar a tradição histórica com a inovação do ponto de vista conceptual...

António Nóvoa – O estudo das fontes é fundamental e houve muita história que foi feita sem esse estudo... Eu acho que há um equilíbrio a manter entre uma história que fica refém do documento, que é o caso da história positivista. Lembro-me sempre de uma afirmação do Joaquim Ferreira Gomes que é paradigmática de uma dada concepção. Esta afirmação foi proferida quando ele publicou uma série de relatórios e legislação sobre a Escola Superior de Educação de Coimbra. No prefácio, o referido professor catedrático de Coimbra declara: aqui ficam os fatos, este é o trabalho do historiador, agora que venha um sociólogo analisá-los, interpretá-los... Mas muitas das coisas que o Joaquim Ferreira Gomes fez, e outras pessoas também, ainda hoje são úteis, se bem que a história tem de ir muito para além disso...

José Eduardo Franco – Uma marca fundamental da sua investigação é a interdisciplinaridade...

António Nóvoa – De fato, isto é a minha vida... Nós somos feitos pela vida que construímos, pelas coisas que fazemos e lemos e, nesse sentido, a minha vida é muito aberta.

José Eduardo Franco – Quando introduziu essa nova perspectiva foi alvo de críticas ou foi bem acolhido? O Sr. Prof. criou uma escola.

António Nóvoa – Eu nunca senti resistências ou críticas. Provavelmente porque entrei no tempo certo e, pelo fato de estar muito ocupado, não podia dar atenção a essas críticas. Quando a minha tese foi publicada em Portugal, senti por parte de algumas pessoas que estavam já “instaladas” alguma reação menos favorável, mas foi algo pouco significativo... Nunca senti que houvesse alguém a tentar obstruir a minha carreira! Mesmo agora na minha candidatura a reitor, não imagina a quantidade de pessoas que me vieram alertar para conspirações engendradas contra mim, campanhas para denegrir a minha imagem. Na verdade, não dei qualquer importância aos que me atemorizavam, nem me apercebi tampouco dessas manobras... Se de fato existiram, não tiveram sucesso. Portugal é um país que, infelizmente, vive muito desse alimentar de conspirações mais ou menos imaginárias...

José Eduardo Franco – Voltando à História da Educação, qual considera ser o seu contributo neste domínio científico?

António Nóvoa – A ideia da História Comparada da Educação é uma renovação para a qual dei um contributo significativo em Portugal e até no plano internacional. Por exemplo, agora tenho de escrever um capítulo sobre História Comparada da Educação para uma grande enciclopédia internacional. Recebi uma carta-convite para este efeito da parte dos editores em virtude de um artigo da minha autoria publicado numa revista inglesa. Segundo eles, o meu texto constitui uma grande renovação metodológica para o pensamento histórico-comparado na área da Educação...

José Eduardo Franco – Quais são as particularidades dessa proposta de renovação metodológica?

António Nóvoa – A História esteve durante um longo período enclausurada numa concepção excessivamente cronológica do tempo, muito positivista. O mesmo se pode dizer em relação à Educação comparada, que esteve largo tempo enclausurada num conceito muito rígido de espaço, ou seja, a Educação comparada consistia na comparação entre países delimitados pelas geografias nacionais... A inovação que eu trago é precisamente a de romper com os conceitos de tempo e de espaço. No caso da História, romper com o conceito cronológico de tempo e, no caso da Educação comparada, romper com o conceito geográfico de espaço.

José Eduardo Franco – Qual a nova conceptualidade que daí emerge?

António Nóvoa – São conceitos que eu ainda estou em situação de procura para tentar encontrar uma adequada formulação e definição. É mais fácil definir caminhos conceptuais novos no que se refere ao aspecto espacial, pois a educação comparada é algo que, quando se adota princípios, por exemplo de globalização ou princípios de comparação dentro de espaços globais ou de comparações entre o local e o global, o recorte deixa de ser nacional. A fronteira nacional é um critério possível, mas deixa de ser o critério dominante, e portanto podemos ter conceitos de espaço que podem ir do pequeno espaço comunitário até ao grande espaço global. Todos estes espaços são espaços possíveis de comparar... Eu penso que um dos espaços mais interessantes do ponto de vista da comparação hoje em dia é o espaço das grandes regiões do mundo. Por exemplo, o espaço lusófono, o espaço da *Commonwealth*. Há

espaços interessantes para efeitos de comparação que não são coincidentes com os espaços nacionais. Na História da Educação é importante o espaço da Europa do sul em virtude da influência dos jesuítas, da Europa católica. Em suma, a comparação que eu advogo é um tipo que rompe com conceitos demasiado geográficos e delimitados, sobretudo com o que foi a Educação comparada positivista. Esta baseava-se em metodologias orientadas por perguntas diretivas no sentido de saber, por exemplo, “o que é que Portugal pode aprender com as reformas educativas espanholas?”

José Eduardo Franco – Que perguntas são feitas hoje?

António Nóvoa – As perguntas que se fazem actualmente no que diz respeito a essa comparação, que a mim me interessa particularmente do ponto de vista histórico, remete para as questões das inteligibilidades e dos sentidos; isto é, como é que podemos dar sentido a um conjunto de coisas, quais são os sentidos que nós podemos encontrar... Na Europa do sul, o sentido da escola é diferente daquele que encontramos na Europa do norte ou no Japão; logo, há diferentes sentidos, inteligibilidades, leituras... Não se trata de aprender as lições que os outros países nos podem dar como fazia anteriormente a Educação comparada.

José Eduardo Franco – Trata-se então de compreender as diferenças e não de considerar cada região como o modelo ideal.

António Nóvoa – É algo que está no meio; por outras palavras, há duas tradições possíveis de Educação comparada: uma, mais antiga, que se baseia nas lições que uns países podem dar aos outros; outra, dos autores que defendem o sistema mundial, considerando que é tudo igual em todo o mundo. Eu acho que há um nível intermédio de comparação em que se reconhece que há grandes debates que atravessam o mundo inteiro e que são idênticos, mas que têm especificidades e localizações diversas em diferentes regiões do mundo. Tais localizações – e este é que é o ponto de inovação – vêm menos das geografias nacionais e vêm mais de um conjunto de sentidos culturais, históricos de determinadas regiões.

José Eduardo Franco – Mas esse processo ainda carrega, nesta fase, um elemento de subjectividade muito forte. Há que estabelecer critérios metodológicos rigorosos e, nesse

sentido, ainda há longo caminho a percorrer até chegar a um processo de delimitação mais rigoroso...

António Nóvoa – Claro que sim. Acabei de fazer um trabalho, que um dia há de ser publicado, sobre a história da escola, que consiste numa comparação entre a França, Espanha e Portugal – também deveria ter incluído a Itália –, tomando este conjunto de países não como países autônomos, mas como uma região que partilha um conjunto de histórias e orientações comuns, o que dá um sentido à comparação diferente da comparação tradicional. Este trabalho vem no seguimento do segundo doutoramento que fiz na Sorbonne sobre História da Educação comparada.

José Eduardo Franco – Qual foi o tema específico que investigou no seu segundo doutoramento?

António Nóvoa – Consistia numa comparação entre Portugal, Espanha e França, em que eu trabalhei, entre outras coisas, as grandes estatísticas internacionais ao longo dos séculos XIX e XX.

José Eduardo Franco – Sobre História da Educação?

António Nóvoa – Foi mais do que História da Educação, foi História da Cultura.

José Eduardo Franco – É notável a sua capacidade de adequar a História da Educação a este tempo da era da globalização... Além disso, é um dos estudiosos portugueses que foi capaz de exportar a produção nacional e a internacionalizou, sendo um especialista reconhecido na Europa, nos Estados Unidos, no Brasil, o que não é comum na área das Ciências Humanas em Portugal. Os seus artigos são publicados mais no estrangeiro do que cá. É uma estratégia sua publicar mais no estrangeiro do que em Portugal?

António Nóvoa – Não foi uma estratégia... Por exemplo, na área das Ciências Exatas isso é uma prática comum, que já se faz há 30 anos, ou seja, não há nenhum físico, químico ou matemático que publique em revistas portuguesas ou que publique livros em Portugal, publica sim nas revistas internacionais; aliás a carreira de um professor universitário é feita

disso, ao passo que na área das humanidades se publica mais em Portugal. A partir de determinado momento o que senti interrogativamente foi que se eu escrevesse sobre, por exemplo, Metodologia da História da Educação comparada, quem é que se iria interessar por isso em Portugal?

José Eduardo Franco – Tem publicado essencialmente em inglês e em francês?

António Nóvoa – Sim, embora já tenha publicado noutras línguas.

José Eduardo Franco – Por que motivo nunca publicou a sua tese em português?

António Nóvoa – Quando eu publiquei a tese, em 1987, estava exausto, pois tinha corrigido três vezes as provas da tese, que tinha cerca de mil páginas. Houve várias pessoas que me pediram para fazer a tradução para português, um deles foi o meu colega Rui Grácio, com quem eu até acabei por me comprometer nessa tarefa. Todavia, quando me deparei só com o fato de ter de retroverter as fontes todas, não tive coragem para o fazer... Por outro lado, quando lia novamente a minha dissertação, parecia-me que não estava bem escrito e como tal teria de reescrever tudo, o que implicava fazer uma nova tese sobre o mesmo assunto. Então pensei que era melhor empregar as horas que iria gastar nessa árdua tarefa a fazer outro livro... Mas é curioso que grande parte da internacionalização que alcancei se ficou a dever ao fato de a minha tese ter sido publicada em francês. A prova é que ainda hoje quando me vou encontrar com professores que não conheço, eles reconhecem-me como sendo o autor dos dois volumes sobre os professores... Acredito que não teria conseguido fazer tanta coisa no estrangeiro se a tese não tivesse sido publicada em francês.

José Eduardo Franco – Nunca tentou publicá-la em inglês?

António Nóvoa – Publiquei uma parte, um capítulo.

José Eduardo Franco – Pegando agora na sua trajetória e fazendo-lhe uma pergunta muito direta: qual é a sua utopia educativa? Tem uma utopia educativa depois do seu percurso de tanta pesquisa e reflexão? Uma utopia para o nosso país ou para a era da globalização?

António Nóvoa – Não, não tenho. Não sou muito de pensamentos utópicos. Sabe que as utopias na área da educação deram sempre mau resultado...

José Eduardo Franco – Mas tem uma perspectiva, uma visão, ou não se preocupa com isso? Pensa o presente, o futuro da educação?

António Nóvoa – A minha utopia, neste momento, para a educação e para a escola em Portugal é uma quase uma espécie de uma antiutopia.

José Eduardo Franco – Pode explicar-nos?

António Nóvoa – A escola quis fazer demais ao longo do século XX. Assumi demasiadas funções, criou demasiadas expectativas, assumiu-se como uma espécie de salvação do mundo, da humanidade, da pátria, da economia e como sendo o caminho para o progresso e o desenvolvimento. Inflacionou-se de utopias e de missões. Eu acho que agora é necessário que surja alguém que faça o discurso contra isso e que diga: “à escola, o que é da escola; à sociedade, o que é da sociedade”! Eu defendo para a escola um lugar mais modesto. Eu não quero a escola como metáfora do templo de saber que irradia luz sobre a sociedade. Eu quero a imagem da escola num lugar mais modesto, mais retirado, mas, ao mesmo tempo, mais competente, mais qualificada, mais séria e responsável.

Portanto, eu acho que se deve acabar com a ideia de que todos os problemas da sociedade se resolvem na escola. A escola não resolve nenhum problema da sociedade, a sociedade é que tem de resolver os problemas da sociedade. Não cabe à escola o papel de regeneradora da sociedade ou do Homem.

José Eduardo Franco – Nesse sentido, pode-se dizer que a crise que se sente hoje na escola, na educação, se deve a esse excesso de utopia?

António Nóvoa – Também; acho que principalmente se deve a isso.

José Eduardo Franco – Defende claramente, então, uma antiutopia...

António Nóvoa – Se tivermos uma escola a trabalhar bem naquilo que é a sua principal competência...

José Eduardo Franco – Que é essa competência fundamental?

António Nóvoa – A cultura escolar. Eu acho que as pessoas gostam pouco de uma cultura escolar.

José Eduardo Franco – E o que é uma cultura escolar?

António Nóvoa – A cultura escolar é composta de dois ou três elementos centrais, o primeiro dos quais é uma cultura do conhecimento, de apropriação do conhecimento, centrada sobre as aprendizagens – e não sobre o ensino – e a forma como determinado conhecimento é apropriado por uma determinada pessoa e contribui para o seu desenvolvimento.

Portanto estes três elementos – os conhecimentos, as aprendizagens e a apropriação do conhecimento – parecem muito óbvios mas não são. A escola portuguesa nunca valorizou a cultura escolar e, por mais absurdo que isto pareça, foi uma escola sem cultura de trabalho, de disciplina.

José Eduardo Franco – Mas não foi assim durante o Estado Novo de Salazar?

António Nóvoa – Completamente. Mais do que em qualquer outra altura! Lembro-me, a propósito, de um texto – um manifesto – dos pais dos meninos que frequentavam os liceus em 1932/33 contra a tentativa de introdução de exames mais exigentes. Justificando a razão do seu protesto contra esta medida, traçam o seguinte perfil dos seus filhos [não se esqueça de que estamos a falar da elite das elites, porque quem era que frequentava o liceu em 1932?]: “Somos contra este sistema de exame porque ele é contrário às características da Mocidade Portuguesa. Os nossos filhos são capazes de esforços mentais intensos mas curtos, são rebeldes ao esforço lento, à tenacidade, à persistência e à continuidade. São espíritos de grande vivacidade, propensos às sínteses rápidas, fulgurantes, mas incapazes das análises pacientes, meticolosas e profundas. São cérebros de grande elasticidade mas sem firmeza. Inteligências abertas a todas as curiosidades mas só atraídas com entusiasmo pela novidade e

pelo inédito. São vontades facilmente vencidas e tornadas inertes pela monotonia das ocupações mentais.”

Este retrato psicológico é o contrário da cultura escolar, que é persistência, trabalho, continuidade, conhecimento. Mas é também isto: é criatividade, é imaginação. Este texto é o retrato da nossa escola. É o retrato dado pela direita, mas depois vem o retrato dado pela esquerda a seguir ao 25 de Abril, defendendo a importância da educação ambiental...

José Eduardo Franco – Aquilo que, na Reforma do Ministro da Educação Roberto Carneiro, foi integrada na chamada “Área Escola” e mais recentemente também chamada “Área de Projecto”, em que os alunos desenvolvem uma espécie de atividades paracurriculares.

António Nóvoa – Sim, da Área Escola. Eu sei que é importante, mas onde está o conhecimento? Cultura escolar é conhecimento? Onde está o conhecimento, o trabalho todo do conhecimento?

É como a questão da matemática! As crianças não gostam de matemática. Eu dou sempre o meu exemplo: eu detestava beisebol e futebol americano, porque não conhecia as regras. Quando cheguei à América achava aquilo uma estupidez até que me ensinaram as regras. Agora adoro estas modalidades!

José Eduardo Franco – Mas joga?

António Nóvoa – Jogar não, mas vejo na televisão, sobretudo futebol americano. É como o xadrez: alguém pode gostar de xadrez sem conhecer as regras do jogo? E tocar piano, alguém pode gostar sem praticar horas e horas? O mesmo acontece com a matemática. O primeiro problema da cultura escolar em Portugal é a desvalorização do conhecimento. As elites não mandavam as crianças à escola por causa do conhecimento, mandavam para terem um diploma.

José Eduardo Franco – Não tinham o gosto do conhecimento?

António Nóvoa – O conhecimento é o primeiro ponto. O segundo são as aprendizagens. A escola sempre foi muito marcada pela ideia do ensino e da transmissão e

não pela ideia das aprendizagens. Isto é grave porque a grande tradição da escola ainda no século XIX era o estudo. As aulas eram um elemento razoavelmente marginal. A escola do século XIX não tinha muitas aulas, tinha era muito espaço de estudo. A grande transformação da escola no fim do século XIX foi o aumento dos currículos que a transformaram num somatório de aulas. E este somatório atingiu tais proporções que se perdeu a tradição do estudo.

José Eduardo Franco – Não há tempo...

António Nóvoa – Sim, não há tempo. É preciso voltar à tradição do estudo que é a que está mais próxima da aprendizagem escolar. O objetivo principal da escola não é que o professor ensine, é que o aluno aprenda. Já dizia o professor-poeta Sebastião da Gama: “Dei uma aula muito bonita”. De que serve uma aula muito bonita se não acrescentou nada ao conhecimento do aluno? É preciso que o aluno aprenda. O John Wright dizia que muitas pessoas opinavam sobre o conhecimento e o ensino. Ele dizia que também gostaria de ser médico porque um médico anestesia um doente e opera-o, enquanto um professor não pode trabalhar com um aluno anestesiado. Está dependente da colaboração do aluno. Não é possível inscrever aprendizagens sem a colaboração do aluno. Este é o segundo ponto, o das aprendizagens.

O terceiro ponto é o contributo que estas aprendizagens têm para o desenvolvimento e crescimento da pessoa. Mas só refiro este ponto depois dos elementos do conhecimento e da aprendizagem que são os que, na minha opinião, contribuem verdadeiramente para o nosso desenvolvimento.

José Eduardo Franco – Heuristicamente?

António Nóvoa – Heuristicamente. Muita teoria pedagógica fala apenas neste terceiro ponto sem mencionar os anteriores, considerando que a contribuição para o desenvolvimento das crianças se faz através de jogos, atividades lúdicas. Não é assim. Quando se fala que a escola tem de contribuir para o desenvolvimento do aluno é através da apropriação do conhecimento e da aprendizagem.

Quando menciono uma cultura escolar refiro-me a estas três matrizes e, a meu ver, a escola tendeu, muitas vezes, a fazer projetos desligados desta concepção, nomeadamente

projetos sociais. Esta situação é flagrante no Brasil, onde a principal missão de muitas escolas é providenciar comida e um lugar seguro aos alunos.

José Eduardo Franco – E o resto vem por acréscimo...

António Nóvoa – Exato. Ora, eu sei que há escolas em que provavelmente esse objectivo já é muito bom, mas o meu projeto utópico, como você perguntou há pouco, não é esta escola. O meu projeto é o de conceber uma escola pequena em que as crianças têm quatro ou cinco horas de aulas por dia. Para mim a escola a tempo inteiro é um absurdo! Contudo, entendo que seja necessária, porque os pais trabalham todo o dia e não têm onde deixar os filhos. Não ignoro a realidade, mas a minha utopia é a de uma escola onde as crianças estão quatro ou cinco horas, e depois estão outras tantas com a família ou a fazer atividades ao ar livre, desporto, arte. Não é um local que suga tudo isto. Não é uma escola em que a criança entra às oito da manhã e sai às oito da noite e em que toda a sua vida esteja confinada a esse espaço.

A ideia que tenho é que nesta escola, *transbordante* como lhe chamo, há uma grande desorientação sobre os limites das suas competências e as da sociedade. Há uma grande desorientação sobre o papel das instituições culturais, científicas, de saúde. Por exemplo, parece-nos óbvio que, se há um problema de saúde como o da gripe das aves, o trabalho de prevenção deve ser feito nas escolas. Até foi promulgada uma lei nesse sentido. Mas eu questiono por que é que há de ser numa escola e não num centro de saúde? Porque não se reconceitualizam os centros de saúde?

José Eduardo – Por uma questão de espaço?

António Nóvoa – Pois, é mais fácil porque as crianças estão todas ali. O mesmo se passa, periodicamente, com a questão dos incêndios, dos acidentes rodoviários: uma vez mais é na escola que se faz a prevenção. Eu sei que é mais fácil, mas será legítimo pedir tudo isto à escola? No fundo, a escola gostou de ter todas estas responsabilidades porque o educador é uma pessoa generosa, o professor gosta de resolver problemas sociais, porque a escola se imaginou como o lugar onde a sociedade ia finalmente encontrar o seu progresso. E chegamos ao princípio do século XXI e percebemos que a escola não trouxe qualquer progresso ou

desenvolvimento, que não consegue resolver todos os problemas. Tem de se pôr um fim a esta situação.

José Eduardo Franco – Propõe o fim do mito da escola? É preciso começar de novo?

António Nóvoa – É preciso começar de novo. E por isso é que o meu discurso sobre a escola hoje é uma antiutopia.

José Eduardo Franco – É um pouco radical...

António Nóvoa – É dizer: “Façamos bem o que temos para fazer e obriguemos a sociedade a resolver problemas que são de ordem social fora da escola. Não ponhamos isso dentro da escola”.